

Senadores propõem uma nova discussão sobre o pacto federativo

Amir Lando sugere a busca de um acordo entre a União, os estados e os municípios. Jorge Bornhausen propõe a redistribuição de atribuições entre os três níveis da Federação, enquanto Mozarildo Cavalcanti pretende criar novos estados na Amazônia

A rediscussão do pacto federativo, que ganhou impulso após a tentativa dos novos governadores de refinar as dívidas estaduais, promete se converter em um dos principais temas da legislatura. De volta ao Congresso Nacional, o senador por Rondônia Amir Lando anunciou que se empenhará na busca de um pacto entre a União, os estados e os municípios. "Vivemos sob a égide do Estado de manequim uni-

tário", acredita o senador. A aprovação da reforma tributária será uma das prioridades do senador Jorge Bornhausen, que também retorna à Casa. Para ele, o governo e o Congresso devem trabalhar juntos para estabelecer novas atribuições

para os três níveis da Federação. "A União deve ter uma ação mais fiscalizada", sustenta Bornhausen. "A ação executora deverá ser exercida por estados e municípios", sugere. Em seu primeiro mandato na Casa, o senador por Roraima Mozarildo Cavalcanti pretende aproveitar a re-

discussão do pacto federativo para estimular a criação de novos estados na Amazônia. "Estados como o Pará e o Amazonas são ingovernáveis por sua dimensão", afirma Mozarildo.



Sérgio Machado acredita que o plenário do Congresso deve aprovar, já no primeiro semestre deste ano, boa parte da reforma política



Amir Lando (PMDB-RO)



Jorge Bornhausen (PFL-SC)



Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR)

PÁGINA 4



Reformas irão marcar legislatura, prevê Machado

A aprovação das reformas política, tributária e do Judiciário devem marcar a 51ª Legislatura do Congresso, que se inicia neste ano e termina em 2002. A previsão é do líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE). Na opinião dele, o Parlamento "está maduro" para implementar as mudanças que "o país está exigindo".

PÁGINA 2

Marina diz que governo não quer diálogo

PÁGINA 3

Maldaner apela a estudantes para que paguem dívidas à CEF

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que os estudantes que se formaram com o apoio do crédito educativo devem pagar suas dívidas junto à Caixa Econômica Federal (CEF) a fim de que outros universitários também tenham a oportunidade de obter financiamento para seus estudos. Ele lembrou que medida provisória já está fa-



Maldaner quer mais recursos para o crédito educativo

cilitando a renegociação das dívidas do crédito educativo.

Segundo Maldaner, quem puder pagar tudo de uma vez tem desconto de até 30% e quem não puder quitar logo a dívida tem até 180 meses para pagá-la. Mais de 140 mil contratos, num total de R\$ 450 milhões, poderão ser renegociados com base nessa MP.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h — Saúde Todo Dia — Atividade: Hidroginástica para gestantes
7h30 — Especial Unip — Assunto: Crendices Populares — 2ª parte
8h — Saúde Todo Dia — Atividade: Futebol Feminino
8h30 — Especial — “Museu de Mali”
9h — Cores do Brasil — Em destaque, Linha Verde da Bahia
9h30 — Entrevista — Senador Juvêncio da Fonseca fala sobre as suas propostas políticas
10h — Cores do Brasil — Em destaque, São Luiz do Maranhão
10h30 — Saúde Todo Dia — Hidroginástica para gestantes
11h — Especial Unip — Funcionamento do intestino — 2ª parte
11h30 — Espaço Cultural — Apresentando Ariano Suassuna
12h30 — Entrevista — Senador Juvêncio da Fonseca fala sobre as suas propostas políticas

13h — Cores do Brasil — Bahia
13h30 — Consulta Marcada — Amamentação
14h30 — Palestra — Droga e família
15h30 — Espaço Cultural — Ariano Suassuna
16h30 — Especial Unip — Crendices Populares — 2ª parte
17h — Especial — Fernando Cesar Mesquita entrevista o senador Artur da Távola
18h — Cores do Brasil — Olinda
18h30 — Entrevista — Senador Juvêncio da Fonseca fala sobre as suas propostas políticas
19h — Palestra — Droga e família
20h — Cores do Brasil — Espírito Santo
20h30 — Entrevista — Senador Juvêncio da Fonseca fala sobre as suas propostas políticas
21h — Cores do Brasil — João Pessoa
21h15 — Consulta Marcada — Amamentação
22h — Cores do Brasil — São Luiz do Maranhão
22h30 — Especial Unip — Funcionamento do intestino — 2ª parte
23h — Especial — Fernando Cesar Mesquita entrevista o senador Artur da Távola
0h — Cores do Brasil — Dendê da Bahia

Machado acha que reformas serão concluídas até 2002

A reformulação do Judiciário, do sistema político e da estrutura tributária são, para o líder do PSDB, os maiores desafios

O líder do PSDB no Senado, senador Sérgio Machado (CE), está convencido de que o Congresso saberá responder àqueles que ele considera os três maiores desafios na Legislatura 1999/2002: as reformas político-partidária, tributária e judiciária. “O Congresso está maduro para essas mudanças, e o país está exigindo essas reformas para que o Estado, em seus três níveis, possa cumprir sua função primordial, que é atender com qualidade os cidadãos”, diz ele.

Para Machado, o eixo da reforma política é o fortalecimento dos partidos. “Está na hora de o congressista parar de pensar em termos individuais e de o partido deixar de ser mero cartório eleitoral”, resume.

O senador pelo Ceará mostra-se confiante na aprovação, no primeiro semestre, de pelo menos cinco itens que ele julga fundamentais da reforma política: a fidelidade partidária, o voto distrital misto, o financiamento público de campanhas, a exigência de desempenho mínimo dos partidos nas eleições (5% dos votos) e a proibição de coligações.

Essas novas diretrizes trazem a moralização das eleições, colocando, por exemplo, um ponto final nesse processo

desgastante de troca-troca. Mal iniciamos a legislatura, e já houve mais de 40 mudanças de partido — enfatizou.

Machado cita a reforma tributária como único instrumento para tirar os governos federal, estaduais e municipais da atual situação de falência. “Não podemos pensar em aumentar impostos, porque os atuais 30% do PIB já estão no limite do suportável pela sociedade. Por isso, sou contrário ao imposto verde, que pretende arrecadar mais R\$ 5 bilhões”, afirmou.

Para ele, a mudança passa pela redefinição do pacto federativo, ampliação da base de contribuintes, pelo combate à sonegação e a redução do custo Brasil. “Queremos combater o desperdício e sua irmã gêmea, a corrupção”, acrescentando, ressaltando a necessidade de o setor público ajustar as suas contas.

Ele ainda defende a reforma do Judiciário para “dar plena cidadania aos brasileiros”. Na sua opinião, “isso passa por um Judiciário ágil e barato, que garanta os direitos de todos”. O senador acha que o Supremo Tribunal Federal poderia apresentar uma proposta inicial de reforma “para abrir a discussão com a sociedade”.



Sérgio Machado: “País está exigindo essas reformas”

Para Rocha, mudança no BC demonstra falta de rumo

A substituição de Francisco Lopes na presidência do Banco Central (BC) pelo economista Armínio Fraga, uma semana depois da aprovação do nome de Lopes pelos senadores, foi considerada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) como “um desrespeito” à Casa.

Eu, que votei a favor do nome de Francisco Lopes, vejo como um desrespeito, não só pela forma como foi feito, mas também porque o novo indicado era assessor direto do megainvestidor George Soros — afirmou.

O senador vê na atitude do governo uma demonstração de falta de rumo na busca de soluções para a crise. “Os últimos acontecimentos vêm criando incertezas e instabilidade, possibilitando muitas expectati-



Rocha: nomeação de Fraga foi “um desrespeito”

vas, por exemplo, na valorização do dólar, na saída de capitais e no retorno da inflação”.

Reconduzido à liderança da bancada do PDT no Senado, ele exercerá até 2003 seu primeiro mandato como senador. Rocha iniciou sua carreira parlamentar como deputado estadual, em 1991. Na legislatura que passou, foi membro titular das comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator do projeto sobre os manicômios, aprovado no Senado e atualmente tramitando na Câmara, Sebastião Rocha acredita que os deputados farão mudanças na proposta, mas que elas serão mínimas, não alterando substancialmente o texto aprovado pelo Senado.

FNS já realizou auditoria, diz Romero Jucá

A atuação do governo de Roraima na área da saúde foi novamente criticada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Para ele, a proposta do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) de realização de uma auditoria na Fundação Nacional de Saúde (FNS) no estado está baseada na falta de informação, já que o órgão passou por uma auditoria há dois meses.

Acho importante que o senador Mozarildo apóie a fiscalização, até porque, como médico, ele não pode compactuar com a situação da saúde no estado. Já a auditoria na FNS foi feita exatamente para que não parem dúvidas sobre a atuação da Fundação, que é muito importante para Roraima — declarou Jucá à Agência Senado.

O descaso do governo de Roraima com a saúde, para Jucá, vai além. Um exemplo disso, afirmou, é o fato de o governo não ter mandado representantes para participar de recente debate sobre a saúde pública no estado, promovido por sindicatos e outros órgãos ligados ao setor.

Roraima recebeu mais recursos para a saúde em 98 do que em 97. Não há por que prestar um serviço pior. Além disso, privatizou-se a saúde no estado, cometendo-se uma série de irregularidades — acrescentou.

O senador do PSDB também contesta dados sobre a construção de um hospital em Boa Vista. Mozarildo afirmou que teriam sido aplicados R\$ 13,2 milhões, em verbas federais, na construção do hospital até hoje inacabado, mas, de acordo com Jucá, a prefeitura de Boa Vista gastou R\$ 6 milhões na obra, que teria sido considerada modelo pelo Ministério da Saúde.

Estamos tentando conseguir os recursos que faltam para concluir a construção do hospital — ressaltou Jucá.



Jucá voltou a criticar governo de Roraima

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
Polarização: Vertical
Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
Antena - 3,6 m LNB
Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
Symbol 3,2143MS-S
SEC 3/4
Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

NET BsB - canal 7
SKYNET - canal 30
DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:
Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
Receptor ABR 200, ComStream
LBN DRO ComStream
60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
Satélite: Brasilsat B2
Polarização: Vertical (RX)
Modo: Joint-Stereo
Taxa: 128 Kbps-BPSK
Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Marina Silva acusa governo de inviabilizar tentativa de diálogo

Senadora deseja maior participação da sociedade na escolha dos caminhos para superar a crise nacional

A senadora Marina Silva (PT-AC) considera "um fato inédito" o que está acontecendo no atual quadro político brasileiro: "Em um momento grave como este que o país vive, não pode haver espaço para interesses pessoais. No entanto, enquanto a oposição vem lutando pelo diálogo, o governo inviabiliza todas as tentativas", criticou.

Para Marina Silva, o que não pode acontecer é a "manipulação" desse diálogo. Ao mesmo tempo em que reivindica uma pauta para nortear os entendimentos, ela pergunta que diferença pode haver entre uma reunião com o presidente Fernando Henrique e todos os governadores, conforme divulgaram setores governistas, e nenhuma reunião. Para a senadora, uma reunião com todos os go-



Marina não acredita em resultados numa reunião do presidente com todos os governadores

vernadores ou nenhuma é a mesma coisa, pois nada de objetivo poderá ser definido num fórum tão amplo.

– Chego a desconfiar de que, no fundo, o que está acontecendo é um problema de autoria. Ou seja: se a proposta partir da oposição, a situação rejeita – comentou a senadora pelo Acre.

Marina Silva defendeu uma maior participação da sociedade civil na escolha dos caminhos que poderão ser adotados para a superação da crise brasileira. Na opinião da senadora, o resultado da intransigência faz aumentar a necessidade de mobilização dos diferentes segmentos sociais, como estão propondo a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o MST (Movimento dos Sem Terra), a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa).

Jonas sugere que estados apressem zoneamento agroecônomico-ecológico

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sugeriu que os estados cujos produtores rurais foram prejudicados com a medida provisória que ampliou de 50% para 80% o percentual de reserva legal para as áreas de floresta elaborem o mais rapidamente possível o seu zoneamento agroecônomico-ecológico. Foram abrangidos pela decisão todos os estados da região Norte e parte do Centro-Oeste, como Mato Grosso.

De acordo com o senador, o zoneamento agroecônomico-ecológico é que determinará, independentemente do teor da medida provisória ou de lei proveniente dessa MP, como serão utilizadas as propriedades agrícolas no território do estado. Jonas

Pinheiro considerou um exagero a exigência de uma reserva legal de 80% das áreas de floresta.

Alguns produtores, segundo Jonas Pinheiro, entendem que tiveram parte de seus bens sequestrados com a edição da medida, em 25 de junho de 1996. Ele lembrou que a maioria dos proprietários havia adquirido suas terras antes dessa data, quando era possível aproveitar para fins econômicos até metade da área. Com a MP, o percentual de aproveitamento caiu para 20%.

Por outro lado, o senador elogiou o governo federal por ter aceito o seu

pedido, formulado junto com as bancadas de Mato Grosso e dos estados da região Norte, de modificar a legislação de reserva legal no cerrado. No dia 14 de dezembro do ano passado o presidente Fernando Henrique Cardoso reeditou a MP que reduz o limite exigido de 50% de cobertura arbórea em cada propriedade para 20%, quando se tratar de área coberta por cerrado.

– Outra mudança que a medida provisória traz é que as áreas de até 100 hectares, sobretudo as de assentamentos feitos pelo Incra, não ficam mais sujeitas a essa limitação. Um outro avanço é a possibilidade de o proprietário de áreas cujo limite de reserva legal já tenha sido ultrapassado optar pela sua compensação em outras áreas que ele já possua ou venha a comprar – acrescentou Jonas Pinheiro.



Jonas Pinheiro teme prejuízos para produtores

Viana discute situação da saúde com Conselho Federal de Medicina

O senador Tião Viana (PT-AC) vai hoje à sede do Conselho Federal de Medicina (CFM), em Brasília, para discutir com o presidente e dirigentes do órgão a crise no sistema de saúde pública do país. O senador quer refletir sobre os indicadores da área, especialmente os que se referem à mortalidade infantil e à situação da saúde na Amazônia. Além disso, Tião Viana vai conversar com os representantes do CFM sobre a redução nos recursos que a União vem destinando à área.

De acordo com Viana, o Ministério da

Saúde apurou que a cada minuto morre, no Brasil, uma criança com menos de um ano de idade. "As mortes ocorrem por falta de educação sanitária, de saneamento básico, de assistência nutricional correta e de assistência à saúde", informa. "Os índices do ministério também indicam que a cada dois minutos morre uma criança com menos de cinco anos, em decorrência dos mesmos fatores", acrescenta.

Tião Viana afirma ainda que os recursos da União para a área de saúde caíram quase 50% entre 1989 e 1993.



Viana lamenta queda de recursos para a saúde

Enquanto isso, diz o parlamentar, "a cada ano são registrados 500 mil novos casos de malária no país; a Aids já acumulou 50 mil casos, com 20 mil mortes, e existem 5 milhões de portadores de doença de Chagas e de esquistossomose".

Para agravar ainda mais a situação, revela Viana, "cerca de 25% dos equipamentos existentes nos hospitais públicos não funcionam, embora estejam avaliados em R\$ 2 bilhões".

Amorim propõe estímulo à instalação de centrais elétricas independentes

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defende uma divulgação mais ampla das informações do setor elétrico como forma de despertar o interesse de investidores locais na geração e distribuição, o que levaria ao aumento na disponibilidade de energia. Em audiência com o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, o senador propôs a elaboração de programas, juntamente com governos estaduais, com o objetivo de divulgar estudos e inventários existentes para a instalação de centrais elétricas por produtores independentes.

O senador por Rondônia também apontou ao ministro a necessidade de operacionalizar dispositivo da lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prevendo a contratação de convênios com prefeituras para a eletrificação rural com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR).

A RGR é um fundo constituído com a participação compulsória dos concessionários e permissionários do setor elétrico, destinado ao financiamento das empresas concessionárias para programas de expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica e programas de conservação. Ernandes Amorim lem-



Ernandes Amorim apresentou sugestões ao ministro de Minas e Energia

brou que a lei que instituiu a Aneel estabelece que no mínimo 50% dos recursos sejam aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Desses, metade deve ir para programas de eletrificação rural, conservação e uso racional de energia e atendimento de comunidades de baixa renda.

Outro assunto abordado pelo senador no encontro foi a intensificação do Programa de Desenvolvimento Energético, que tem recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, destinados ao financiamento de fontes alternativas de energia em municípios e pequenas comunidades não atingidos pelo sistema elétrico existente.

Cabral lança livro sobre cooperação internacional

De autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), será lançado no dia três de março, em ato no Salão Negro do Congresso, o livro *A Cooperação Técnica e Financeira Internacional*. Segundo o senador, "o trabalho elucida didaticamente as dúvidas de profissionais, dirigentes públicos e privados, associações de classe, organizações não-governamentais, prefeituras, enfim, de todos os responsáveis por projetos que busquem o apoio externo".

A obra, com o total de 693 páginas, esclarece sobre como solicitar apoio a projetos de importância para o desenvolvimento do país que, conforme o senador, muitas vezes não são levados adiante devido à falta de orientação e ao desconhecimento dos trâmites junto aos organismos internacionais.

Com prefácio do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, a obra é dedicada ao Itamaraty, em "homenagem à eficiência do seu corpo diplomático". Lembrando que o livro foi editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, Cabral elogiou a sensibilidade do senador



Antonio Carlos Magalhães pela iniciativa, já que a obra será distribuída gratuitamente a universidades, entidades de classe, assembleias legislativas, prefeituras, entre outros.

Relator-geral da Assembleia Nacional Constituinte, ex-ministro da Justiça, ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Bernardo Cabral foi presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

RONDÔNIA

Revisão do pacto federativo será prioridade de Lando

A rediscussão do pacto federativo será uma das prioridades do mandato do senador Amir Lando (PMDB-RO). Para ele, é necessário descentralizar as atribuições dos entes da Federação. "A insatisfação dos estados decorre da sobrecarga dos serviços essenciais à sociedade", analisa. O senador defendeu o diálogo para a costura de um novo pacto entre os municípios, os estados e a União.

– Vivemos sob a égide do Estado de ma-nequim unitário. O diálogo é uma ferramenta eficiente para encaminhar soluções.

Analisando as razões da crise da Federação, Lando disse que a primeira causa é a má gestão pública. "A cultura neoliberal difundiu o desprezo absoluto pelas questões sociais, pelo dinheiro, bens e serviços públicos", analisou. O senador criticou as privatizações, com "alienação dos ativos patrimoniais do país a preço vil e irrisório".

– Hoje ao invés de governar, certos administradores se dão ao luxo de possuírem cargos como coisa particular, decidindo o destino do povo como bem entendem – acusou.

O senador por Rondônia argumenta

que um novo pacto federativo se faz necessário para estabelecer o equilíbrio entre os interesses concretos da população de cada estado ou município, mas envolve a redefinição do aporte de recursos.

– Precisamos afastar os entusiasmos autoritários do Estado unitário, o que exige uma reforma tributária que garanta a autonomia e soberania dos estados federados e dos municípios – advertiu.

CPI

Amir Lando, 54 anos, nasceu em Santa Catarina, e assume um mandato no Senado pela segunda vez. Na primeira, eleito como suplente de senador, assumiu a titularidade em 1990, após o falecimento do senador Olavo Pires.

No primeiro mandato, Lando foi o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou denúncias de corrupção envolvendo o então presidente da República, Fernando Collor, e o tesoureiro de sua campanha eleitoral, Paulo César Farias. A



Amir Lando sugere a descentralização das atribuições dos entes da Federação

CPI do PC, como ficou conhecida, culminou com a renúncia do ex-presidente, durante o processo de *impeachment*.

SANTA CATARINA

Jorge Bornhausen vai defender reformas política e tributária

Disposto a defender as reformas tributária e política, além da modernização do Poder Judiciário, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso deve promover, com o apoio do Congresso, um pacto federativo estabelecendo novas atribuições para estados e municípios. Essas mudanças deverão tornar o Estado cada vez mais eficiente, equilibrado e estável, na opinião do senador:

– A União deve ter uma ação muito mais reguladora e fiscalizadora. A ação executora deverá ser exercida por estados e municípios – defendeu.

A reforma tributária e fiscal, uma das mais importantes a serem votadas pelo Congresso nesta legislatura, segundo o senador, deve simplificar a cobrança de impostos e estabelecer os direitos dos contribuintes. O pacto federativo necessário para que a reforma seja feita, observou, deve distribuir novas competências para estados e municípios, "para que sejam evitados desperdícios de recursos que só pioram o déficit público".

Outra reforma importante que deverá ser apreciada pelo Congresso, segundo o senador, é a do Judiciário. Para Bornhausen, a Justiça trabalhista no Brasil é cara e precisa mudar, para que seja mais simples e tenha maior racionalidade.

– Não há mais sentido em manter a Justiça trabalhista do jeito que é hoje. É uma Justiça cara e exige recursos que acabam aumentando o endividamento do Estado – afirmou.

Os códigos Penal e de Processo Penal também devem ser revistos, defendeu Bornhausen, para que a Justiça tenha mais agilidade na condução dos processos.

– O Congresso é o palco verdadeiro para todas essas mudanças, o local da grande discussão sobre a modernização do Estado brasileiro – sustentou.

O senador disse também que se empenhará para que o Congresso aprove a segunda etapa da reforma da Previdência Social. Ele defende a criação de contas individuais para segurados do setor privado e um sistema de fundos de pensão, com regime de capitalização e de livre escolha, para pagamento das aposentadorias.

– Só assim haverá equilíbrio nas contas da Previdência e os fundos poderão também alavancar o desenvolvimento nacional – afirmou.

Bornhausen acha também indispensável fazer a reforma política, que voltará a ser debatida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele defende a fidelidade partidária, a proibição de coligações nas eleições proporcionais, a diminuição do número de partidos e o estabelecimento do



A União deve ter função reguladora e os estados e municípios precisam ser executores, diz Bornhausen

voto distrital misto, seguindo o sistema da Alemanha.

Quanto às questões regionais, o senador disse que defenderá projetos prioritários para Santa Catarina, tais como o incentivo ao turismo no estado, a recuperação da bacia de mineração de Criciúma e a concretização da Barragem do rio São Bento, considerada importante para o abastecimento de água potável para a população e para o desenvolvimento do setor agrícola e industrial da região.

Bornhausen também reivindicará recursos do governo federal para a duplicação da BR-101 e o combate às cheias no Vale do Itajaí. Outra prioridade é o incentivo aos criadores de frangos e suínos do estado.

– O estado está desequilibrado, com uma administração que deixou três folhas de pagamento atrasadas e compromissos que superam um bilhão de reais. As estatais do estado também estão em situação difícil e vou ajudar o governador Esperidião Amin a vencer essa grande batalha – disse.

RORAIMA

Mozarildo quer criar outros estados na Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pretende sugerir a criação de estados na Amazônia. Esse deverá ser o tema da primeira proposição que apresentará ao Congresso Nacional.

– Estados como o Amazonas e o Pará são ingovernáveis, por sua dimensão. São maiores do que muitos países. É preciso rediscutir a questão da redivisão territorial, que, aliás, é antiga. Na Constituinte, foi criada uma comissão de estudos, sem resultados.

O senador admite que não se devem criar novas unidades da Federação em momentos de crise, como o atual, mas ressalva que a proposta não é imediata: primeiramente haveria plebiscitos nos estados a serem desmembrados, realizados juntamente com o pleito municipal do ano 2000. O desmembramento, se aprovado, seria implementado daqui a quatro anos, com a posse dos novos governadores. Para o senador, a proposta da criação de estados deve ser inserida na discussão da reformulação do pacto federativo.

Mozarildo Cavalcanti quer também identificar os mecanismos legislativos com os quais possa provocar uma revisão da política indigenista no país. O senador disse que seu estado tem sido



Mozarildo afirma que o Brasil precisa se voltar para o interior, principalmente para a região Norte

bastante prejudicado por decisões "tomadas de maneira arbitrária e unilateral" pela Funai e por outros órgãos federais. Ele disse que nem mesmo os índios são consultados sobre os problemas.

– Devemos rever os critérios de demarcação, inclusive porque estão tratando os índios de Roraima como se todos fossem *ianomamis*, que são mais pri-

mitivos. Mas temos lá muitos outros índios que são vereadores, vice-prefeitos, professores e funcionários públicos, integrados à comunhão nacional e que não querem esse tipo de conduta que a Funai está tomando – afirmou, destacando que mais da metade do estado é hoje reservada aos índios.

O parlamentar pretende chamar a atenção para o tratamento que o governo federal vem dando à região Norte.

– O Brasil não pode continuar sendo um país desigual, um país só litorâneo. Temos de mudar essa realidade, temos de nos voltar para o interior, principalmente na região Norte. O governo federal precisa definir o que ele quer da Amazônia: se ele quer integrar a região ou se ele quer entregá-la – sustentou.

Mozarildo Cavalcanti também intervirá para que a União repasse ao governo de Roraima as terras que a ela pertencem, o que deveria ter sido feito na criação do estado, há uma década. Outra discussão que pretende incrementar é a integração comercial com a Venezuela. Para ele, a recente interligação rodoviária é positiva, mas o comércio ainda enfrenta "intensos entraves burocráticos".

– Nós queremos que a Venezuela ingresse no Mercosul, se não como membro, ao menos como aliado, como são o Chile e a Bolívia – afirmou.